

PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

— Entra em 2.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 1.089-59, apresentado pelo deputado Jamil Dualibi, criando dispensário de tuberculose em Tupã. Pareceres ns. 1.925 e 3.199-62, respectivamente das Comissões de Saúde e de Finanças, favoráveis.

— Entra em 2.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 1.966-59, apresentado pelo deputado Almeida Barbosa, criando grupo escolar no distrito de Nova Veneza, em Sumaré. Pareceres ns. 3.084 e 3.939-62, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

— Entra em 2.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 567-60, apresentado pelo deputado Lopes Ferraz, criando escola de iniciação agrícola em Nova Granada. Em anexo o P. L. 604-62. Pareceres ns. 2.923 e 4.092, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

— Entra em 2.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 1.038-61, apresentado pelo deputado Osvaldo Santos Ferreira, criando ginásio vocacional em Valentim Gentil. Pareceres ns. 2.885 e 3.975-62, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

— Entra em 2.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 1.126-61, apresentado pelo deputado Mário Telles, criando grupo industrial no bairro de Vila Carrão, nesta Capital. Pareceres ns. 2.893 e 3.974-62, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

— Entra em 1.ª discussão, e é aprovado na forma do substitutivo da Comissão de Justiça, o Projeto de lei n. 319-59, apresentado pelo deputado Onofre Gosses, criando o 2.º ciclo de ensino secundário, no município de Guarará. Parecer n. 1.857-59, da Comissão de Justiça, favorável, com substitutivo.

— Entra em 1.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 541-62, apresentado pela deputada Conceição da Costa Neves, dispondo sobre garantias aos professores contratados. Parecer n. 2.668-62, de relator especial, favorável.

— Entra em 1.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 587-62, apresentado pelo deputado Modesto Guglielmi, criando escola de iniciação agrícola em Fartura. Parecer n. 3.420-62, da Comissão de Justiça, favorável.

— Entra em 1.ª discussão, e é sem debate aprovado, o Projeto de lei n. 758-62, apresentado pelo deputado Wilson Lapa, criando escola de iniciação agrícola no bairro do Putim, em Guaratinguetá. Parecer n. 4.038-62, da Comissão de Justiça, favorável.

O SR. PRESIDENTE — Esgotada a pauta dos trabalhos da presente sessão, antes de encerrá-la a Presidência convoca os Srs. deputados para uma sessão às 17 horas, com o fim especial de serem apreciados e votados os projetos de lei ns. 289-61, 1.063-61, 411-62, 1.285-61 e 818-62.

Está encerrada a presente sessão.
— Nada mais havendo a tratar, levanta-se a sessão, convocada outra, para às 17 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

PARA A 11.ª SESSÃO DA 3.ª CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, AOS 18 DE FEVEREIRO DE 1963

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 — Discussão única e votação do Projeto de lei n. 1.285, de 1961, apresentado pelo deputado Nunes Ferreira, declarando de utilidade Pública a Associação dos Ferroviários da Araraquarense de São José do Rio Pardo. Parecer n. 4.058, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

2 — 2.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 289, de 1961, apresentado pelo deputado Gustavo Martini, criando o 2.º Grupo Escolar em Guarujá. Pareceres ns. 2.904 e 3.977, de 1962, respectivamente das Comissões de Educação e de Finanças, favoráveis.

3 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 1.063, de 1961, apresentado pelo deputado Scalamarandé Sobrinho, criando ginásio vocacional no bairro da Pedreira, na Capital. Parecer n. 554, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

4 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 411, de 1962, apresentado pelo deputado Antônio Donato, criando grupo escolar no bairro de Vila Santo Antônio, em São Carlos. Parecer n. 3.494, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

5 — 1.ª discussão e votação do Projeto de lei n. 818, de 1962, apresentado pelo deputado Alberto da Silva Azevedo, criando subposto de assistência médico-sanitária no distrito de Curupá, em Tabatinga. Parecer n. 3.874, de 1962, da Comissão de Justiça, favorável.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O DEPUTADO FARABULINI JUNIOR NO SEU DISCURSO DO PEQUENO EXPEDIENTE DE 18-2-63, 10.ª SESSÃO DA 3.ª CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Cartas à Redação

A SITUAÇÃO FINANCEIRA DO ESTADO EM 31 DE JANEIRO DE 1959

Contestando afirmações do jornal "O Estado de S. Paulo" sobre a situação financeira do Estado por ocasião do início do período governamental do prof. Carvalho Pinto, o sr. Francisco de Paula Vicente de Azevedo, que então ocupava e continuou a ocupar por mais de 2 anos a Pasta da Fazenda, endereçou aquele jornal uma carta que entregou pessoalmente a um de seus diretores, em 21 do corrente.

Decorridos alguns dias sem que a carta tivesse sido publicada, o sr. Vicente de Azevedo indagou a respeito, e aquele mesmo diretor o informou que a publicação não se daria, e que a carta, com o documento que a acompanhava, estava à sua disposição.

O Sr. Vicente de Azevedo respondeu que uma e outro pertencem ao arquivo do jornal, e acrescentou que, dada a relevância do assunto e a impossibilidade de ficarem as afirmações feitas sem a necessária contestação, iria pedir a divulgação da carta em outros órgãos, como o fez ao Diário de S. Paulo.

Essa carta é do teor seguinte:

São Paulo, 19 de janeiro de 1963.

Senhor redator do "O Estado de São Paulo":

Como presidente que fui do Banco do Estado de São Paulo, de 1955 a 1958, e em seguida secretário da Fazenda em dois períodos governamentais, de 1958 a 1961, não posso deixar passar sem contestação a "nota" que, sob o título "Conflito", esse órgão publicou ontem, 18 de janeiro; o espírito da primeira parte desse artigo, e a sua letra, entram em conflito com a realidade, redundando em grave erro de apreciação e culminando em flagrante injustiça.

És porque, tendo participado, em razão dos cargos que exerci, da administração financeira do Estado durante mais de seis anos consecutivos, podendo dar o meu testemunho pessoal e funcional a respeito, sinto-me no dever de me dirigir a v. s. com o fim de procurar restabelecer a verdade dos fatos, esperando que me dê acolhida, publicando a presente carta na mesma página em que figurou a "nota" a que me venho referindo.

O quadro que o articulista traça, da situação financeira do Estado ao se iniciar, em 31 de janeiro de 1959, o quadriênio que ora termina, discrepa, de forma completa e absoluta, de tudo quanto naquela ocasião se verificava; entretanto, para não me alongar em demasia, vou me limitar a transcrever o que se lê a partir do final da 2.ª coluna da 3.ª página do exemplar de ontem, onde se procur destacar "a admirável metamorfose que no curto espaço de um quadriênio" teria ocorrido "no panorama paulista".

"Da situação de descalabro financeiro e moral de que emergiu no início da administração do Professor Carvalho Pinto, ascenden São Paulo, quatro anos depois, à situação honrosa em que hoje administrativamente se encontra, servindo de modelo, etc. etc."

"da situação de quase insolvabilidade que os passados governos legaram ao professor Carvalho Pinto, este devolve o Estado na melhor situação administrativa de toda a nossa história, com o seu crédito restaurado, com o seu prestígio restabelecido, com o seu Tesouro desalagado e em condições de financiar outros Planos de Ação de larga envergadura"

Se esta é a situação do Estado no final do quadriênio governamental do prof. Carvalho Pinto, não menos brilhante ela era em janeiro de 1959, quando o mesmo assembly e governo de São Paulo; esta afirmação desafia qualquer contestação, e eu, de minha parte, estou pronto a demonstrá-lo se se tornar necessário.

Devo, porém, antes de mais nada, salientar que o propósito de diminuir o valor do quadriênio do sr. Jânio Quadros visando a engrandecer o do prof. Carvalho Pinto, de maneira alguma se justifica, nem pode ser admitido, como não pode ser tolerada a afirmativa jactanciosa de que, neste último não se aumentaram impostos, ao passo que no primeiro estes sofreram grande majoração.

Realmente, pergunto eu, para que seria preciso aumentar impostos no quadriênio do prof. Carvalho Pinto se, no exclusivo benefício deste — e ninguém melhor saber como isso se processou do que o atual governador — o sr. Jânio

Quadros, no último mês do seu governo, generosamente concordou com a elevação da alíquota do imposto de vendas e consignações em quase 50%?

Amesquinhar o governo do sr. Jânio Quadros é amesquinhar o próprio prof. Carvalho Pinto que, como secretário da Fazenda durante quase 40 meses, foi a figura principal da restauração financeira que, naquele período sim, se fez completa em São Paulo; foi o seu trabalho naquela Secretaria, sempre reconhecido e proclamado pelo sr. Jânio Quadros, que consagrou o prof. Carvalho Pinto e ensinou a sua ascensão a governança do Estado. Posso, com perfeito conhecimento de causa, afirmar isto, pois tomei parte direta em toda a ação que então se desenvolveu, sendo de minha autoria o slogan que foi a base da propaganda da candidatura situaçãoista em 1958: "a obra do prof. Carvalho Pinto não encontra similar em toda a história da administração pública brasileira".

Esta frase, depois repetida milhares e milhares de vezes, por todas as formas, em todo o país, eu a escrevi no Relatório de 1957, do Banco do Estado, por mim entregue, pessoalmente em 15 de janeiro de 1958, em presença do prof. Carvalho Pinto, então secretário da Fazenda, ao governador Jânio Quadros; este a adotou como lema da campanha que pretendia levar a efeito e que conduziu o prof. Carvalho Pinto aos Campos Elísios.

Baseado exclusivamente no vulto dos valores e algarismos atuais há quem pense que a situação financeira do Estado seja melhor agora do que o era em janeiro de 1959; de forma alguma: não tenho dados concretos que me habilitem a demonstrar que, deflacionando as cifras de momento, a comparação muito provavelmente favorável a 1959; posso, entretanto, e por exemplo, mencionar um detalhe do Balanço do Banco do Estado há dias publicado: em 31 de janeiro de 1959 o Banco nada devia na Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, ao passo que agora ali figura com títulos redescontados no montante de quase seis bilhões de cruzeiros, ou precisamente, Cr\$ 5.771.363.444,00, cifra que, por sinal excede ao limite legal representado pela soma do Capital e Reservas.

Mas voltemos a 1959: o atual governador recebeu o Estado, das mãos do sr. Jânio Quadros, com suas finanças recuperadas, com seu crédito restabelecido e integro, com os pagamentos rigorosamente em dia, com o prestígio moral e político, em verdadeiro apogeu, e com recursos fartos, presentes em vista das disponibilidades existentes, e futuros em consequência do aumento da alíquota do imposto de vendas e consignações, para empreender o vasto programa que concebera e se concretizou no Plano de Ação, elaborado nos primeiros meses de sua administração, e no qual teve a honra de colaborar como secretário da Fazenda, inclusive assegurando que, diante da situação em que se encontrava o Tesouro, elementos não faltariam, como não faltaram, para a sua execução.

Repetiu-se aqui, o que ocorrera com a União no princípio do século: Rodrigues Alves pôde levar a efeito as grandes obras que o celebrizaram porque teve, antes de si, o duro e sofrido quadriênio de Campos Salles, que recuperou as finanças nacionais. Com uma diferença, porém: em São Paulo a recuperação se fez mais rapidamente, de tal sorte que já na segunda metade do seu quadriênio pôde o sr. Jânio Quadros retomar ou iniciar grandes obras, especialmente nos setores de eletricidade, pavimentação de estradas, redes de águas e esgotos e tantas outras que continuadas no governo seguinte, constituem magna parte do acervo de realizações de que este justamente se orgulha.

A verdade, toda a verdade, e só a verdade sobre os dois últimos governadores de São Paulo, eu a escrevi, de coração aberto, com a convicção que custumo pôr em todos os meus atos no artigo que publiquei em 26 de julho de 1959, sob o título: "Por que São Paulo pode ter o seu Plano de Ação"; deste artigo, para sua leitura, senhor redator, junto uma recorte; ele faz parte da série de 155 que publiquei diariamente no 2.º semestre de 1959, sob o pseudônimo de "Spectator" e reuni no ano seguinte em livro com o título "O Ponto de Vista de São Paulo", onde figura às págs. 53 e 54. Este livro mereceu elogiosas e objetiva crítica do "O Estado de S. Paulo", em seu número de 26 de julho de 1960.

Naquela época, imunes ainda das paixões que depois se desencadearam, todos reconheciam e proclamavam os méritos do governo do sr. Jânio Quadros, e não regateavam o lugar de honra que, na verdade e para sempre, lhe reservou a História de São Paulo.

Grato pela atenção que dispensar à presente, senhor redator, me subscrevo.

Atenciosamente

Francisco de Paula Vicente de Azevedo

REPORTAGEM — Favares de Miranda

A CAUSA DA DERROTA

É pacífico, todos o reconhecem, que a restauração financeira de São Paulo, iniciada em 1955 com a ascensão do sr. Jânio Quadros ao Governo do Estado, se deve a este e aos srs. Carvalho Pinto na Secretaria da Fazenda e Vicente de Azevedo no Banco do Estado; e tudo levava a crer que os autores dos grandes resultados obtidos pudessem continuar a obra empreendida.

Assim foi até certo ponto: ao sr. Jânio Quadros, no governo, sucedeu o sr. Carvalho Pinto; e a este, na Secretaria da Fazenda, sucedeu o sr. Vicente de Azevedo; mas, decorrida mais da metade do novo quadriênio, quando já era considerado como o natural candidato para o período seguinte, um malentendido fez com que o sr. Vicente de Azevedo fosse levado a deixar a Secretaria.

Truncou-se, assim, a natural ordem da sucessão, e a imprensa vem com razão apontando esse fato como a causa da derrota que sofreu o situationismo, que não mais conseguiu se fixar numa candidato que estivesse integrado no programa dos dois quadriênios e assim pudesse evitar a divisão de forças que se veio a verificar.

Ao regressar da Europa, o sr. Jânio Quadros, percebendo a situação, procurou ainda uma conciliação, retornando ao nome do sr. Vicente de Azevedo, mas os interesses políticos se obstinaram na recusa.

A sombra de Francisco de Paula Vicente de Azevedo era grande demais...

(Folha de S. Paulo, 17-11-62)

VICENTE DE AZEVEDO NA SUMOC

A Mansão dos Vicente de Azevedo (Francisco de Paula), à Rua Padre João Manoel, tem sido muito visitada por inúmeros amigos, nas últimas horas, que ali vão levar efusivos abraços e cumprimentos ao dirigente máximo da COSIPA, pelas notícias que estão correndo insistentes, oriundas de Brasília, que informam ter Francisco de Paula Vicente de Azevedo recebido convite presidencial para ocupar, com seu pulso firme e experimentado, a direção da SUMOC, ora navegando por mares difíceis, bravios e encapelados.

(Folha de S. Paulo, 17-1-63)

(Diário de S. Paulo, 12-1-63)

I. C. E. S. P.

Francisco de Paula Vicente de Azevedo

(Especial para o Diário de S. Paulo)

Em nosso artigo anterior, historiamos o que ocorreu com o projeto de restabelecimento do Instituto do Café do Estado de São Paulo, que tendo ingressado na Assembleia Legislativa em 8 de agosto de 1958 sob o n. 1.375-58, e tramitado regimentalmente até figurar, em 1959, para a segunda e última discussão, na pauta das sessões ordinárias, voltou depois para a Comissão de Finanças, onde se encontra há mais de 2 anos; assinalamos, a par da má vontade dos poderes públicos em relação a um assunto vital para a lavoura cafeeira paulista, que desde 1941, anseia pelo restabelecimento do seu Instituto, os imensos prejuízos que o estranho procedimento vem causando a uma classe que representa o maior elemento da agricultura paulista, e que só não tem sido ovida porque não tem sabido fazer sentir o peso de sua força, uma vez que, se quisesse, poderia influir decisivamente nos destinos de nossa terra através da eleição de seus mandatários.

Pessoalmente, não temos interese direto no café, há mais de 40 anos, em 1920, dispussemos da nossa fazenda; mas, antes e depois, tendo sentido e acompanhado o terrível drama de uma produção que fez a grandeza de nossa pátria e que mesmo na sua decadência, continua a ser o sustentáculo do Brasil a sua maior força econômica e o fornecedor de mais de dois terços das divisas que através de uma exportação perseguida, dificultada e explorada, permitem ao país sobreviver nas relações comerciais com os demais povos; tendo lutado contra o ombro com os lavradores, antes de entrar para a administração pública, dentro desta enquanto ali permanecemos, e fora dela como, graças a Deus, nos encontramos — por tudo isto nos sentimos; no dever de, continuando nossos trabalhos anteriores, alertar a cafeicultura, maxime na véspera de uma certame que a vai congregar em torno de magnos problemas de seu interesse.

A falta do I.C.E.S.P. ocasionou desde 1958 (ano em que o mesmo, com um pouco de diligência dos parlamentares paulistas, poderia ter sido restabelecido) avultadíssimos prejuízos aos lavradores; já mencionamos a perda dos bilhões de cruzeiros que a C.E.A.C. teria aqui empregado nos últimos quatro anos, soma enorme que, sem dúvida, teria modificado inteiramente o triste panorama das lavouras deficitárias ou antieconômicas, que alguns têm a os-